



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA.



PRISCILA VIEIRA DE ANDRADE

CICLO POLÍTICO
EVIDÊNCIAS PARA O BRASIL DE 1994 A 2010.

DOURADOS/MS

2011



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA



CICLO POLITICO
EVIDÊNCIAS PARA O BRASIL DE 1994 A 2010.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis. Orientador: Prof. Dr. Alexandre Bandeira Monteiro e Silva

PRISCILA VIEIRA DE ANDRADE

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) EM CIÊNCIA CONTÁBEIS

**CICLO POLÍTICO:
EVIDÊNCIAS PARA O BRASIL DE 1994 A 2010.**

ORIENTADOR: Prof. Doutor Alexandre Bandeira Monteiro e Silva

Examinadora 1: Profa. Dra Adriana Kirchof de Brum

Examinadora 2: Profa. Dra Juliana Maria de Aquino

Dedico este trabalho a Deus que me deu forças para não desistir, aos meus pais João Batista e Maria Inês, aos meus Irmãos e sobrinhos, por todo amor e paciência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus e Nossa Senhora, por terem me presenteado com uma família abençoada, amigos maravilhosos que me apoiaram em cada momento durante esse tempo de graduação.

A minha família, que soube ser paciente, em meus momentos de fraqueza quando eu pensei em desistir. Aos meus pais, que mesmo não podendo me ajudar com o conteúdo do trabalho fizeram todo o possível para que eu não desistisse no caminho, obrigada pelo amor incondicional. A minha irmã Alice, que sempre esteve ao meu lado quando eu mais precisei, e que soube ser o meu apoio quando os meus pais estavam ausentes. Ao meu cunhado Icio, que é meu terceiro irmão. Ao meu irmão Luís Carlos, que mesmo distante sempre esteve presente e preocupado. Aos meus sobrinhos que amo tanto, principalmente a Karina, que participou mais ativamente de todo meu processo final durante este trabalho.

As minhas amigas de infância Fernanda Ritz, Taís Cerezer, Lilian Castilho, Caroline Segatto, Simone Galvão, Izabella Vieira e as que não são de infância, mas que amo também, Eveline Cardinal e Maiara Laís. Obrigado por fazer parte da minha vida, por terem me ajudado quando eu fraquejei.

Aos meus colegas de faculdade, que se tornaram mais que amigos, Bruna Tertuliano, Danielly Caprano, Willian Bispo vulgo Aderbal, Fernanda Lima, Fernanda Queiroz, Adriana Bonilha, Júlio Marques, Rafhael Henrique, Rodrigo Campos, Bruna Kohari, Carla Chanfrin e Isa Carla (que não faz contábeis mas conheci por intermédio da Kohari). Obrigado por fazerem parte da minha vida, obrigado por me ajudarem a concluir essa etapa tão importante da minha vida. Vocês me ajudaram e muito a perceber que dificuldades existem, mas quando se tem amigos, elas se tornam menores.

Aos meus amigos do trabalho, que aguentaram momentos de mau humor durante os momentos finais de conclusão deste trabalho, Larissa Lacerda, Tania Magali, Anoberson Binho, Renata Chaves, Joice Mireli, Karyna Chaves, Solano Miguel, Mauro César e José Luiz. Aos meus chefes que sempre foram pacientes e são pessoas que levarei como exemplo em minha vida, Marilda Parisi e Elvis Caiçara.

Aos meus mestres que contribuíram com a minha formação, principalmente ao Doutor Alexandre, que me aceitou como orientanda e teve muita paciência por aguentar meus momentos de insegurança e me ajudou a não desistir. Obrigada!

RESUMO

Esta pesquisa investiga como o período eleitoral influencia a economia brasileira, se as variáveis investigadas como a taxa SELIC são influenciadas pelo ciclo eleitoral ocasionando o ciclo político no período das eleições presidenciais entre 1994 a 2010. O estudo utiliza dados fornecidos principalmente por órgãos como IBGE, IPEADATA e dados do Banco Central do Brasil. Observou-se a variação das variáveis disponíveis, principalmente em anos que antecedem as eleições e os anos eleitorais. Os resultados obtidos foram que existe a tentativa de manipular a opinião do eleitor, mostrando apenas variáveis que são favoráveis ao governo do candidato. Mas que o Banco Central possui independência das influências eleitorais.

Palavras-chave: Ciclo político, eleições presidenciais, Banco Central, economia brasileira.

ABSTRACT

This research investigates how the election period influences the Brazilian economy, the variables investigated as the Selic rate is influenced by the election cycle leading to the political cycle in the period of presidential elections from 1994 to 2010. The study uses data mainly provided by agencies such as IBGE, IPEADATA and data from the Central Bank of Brazil. Observed the change of variables available, especially in the years before the election and election years. The results were that there are attempts to manipulate the public opinion of the voter, showing only variables that are favorable to the government of the candidate. But the central bank has independence of electoral influences.

Key-Word: Political cycle, presidential elections, the Central Bank, the Brazilian economy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo da Teoria dos ciclos políticos	21
Quadro 2 – Resumo dos anos eleitorais	23

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comportamento de variáveis macroeconômicas	25
Gráfico 2 – Taxa de Desemprego	27
Gráfico 3- Comportamento das pesquisas eleitorais em %	32
Gráfico 4.1 - Variação mensal em % do IPCA	35
Gráfico 4.2 - Variação mensal em % do IPCA	35
Gráfico 5 – Variação do IPCA anuais – de 1994 a 2010	37
Gráfico 6 - Taxa de câmbio – efetiva real-(INPC) – 1994 a 2011	38
Gráfico 7 - Índice Emprego nas Indústrias de SP – ano eleitoral e pós-eleitoral	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de Câmbio Comercial (média) – 1993 a 2011	40
Tabela 2 - Taxa de Juros Selic – 1994 a 2011	42
Tabela 3 - Gastos do Governo Federal - Resultados Fiscais Consolidados – 1998 a 2010	43
Tabela 4 - Valores do PIB – 1994 a 2010	44
Tabela 5 - Correlação entre as variáveis analisadas em todo o capítulo 5 durante o período de 1994 a 2010	46

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Justificativa	12
1.2 Problema de Pesquisa	13
1.3 Objetivos	14
1.3.1 Objetivo Geral	14
1.3.2 Objetivo Específico	14
2 REVISÃO DE LITERATURA	14
3 CARACTERIZAÇÃO DE CICLO POLÍTICO	19
3.1 Ciclo Político no Mundo	19
3.2 Ciclo Político no Brasil	22
4 METODOLOGIA	33
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	34
6 CONCLUSÕES	46
7 BIBLIOGRAFIAS	49

1 Introdução

1.1 Justificativa

A justificativa e importância deste estudo estão em entender o quanto à política e as decisões macroeconômicas estão atreladas ou desassociadas de períodos eleitorais presidenciais. Como fatores eleitorais podem influenciar a economia brasileira, e como essa influência pode ou não motivar os eleitores em sua decisão no momento do voto. Veremos também que a economia é totalmente dependente das decisões dos candidatos como escolhas de candidatos, no caso de nosso estudo candidatos à Presidência e a vice-presidência, escolhas de coligações políticas. Decorrentes disso, as decisões de candidatos podem ser interpretadas como oportunistas.

Entende-se por oportunismo político a atitude governamental de influenciar a decisão de voto da população por meio da produção de um panorama econômico propício no período pré-eleitoral.

A principal linha de pensamento sobre ciclos políticos advém dos estudos de Nordhaus (1975), em que é defendida a idéia de que o objetivo principal dos políticos é maximizar suas chances de reeleição, valendo-se de políticas econômicas e as tornando favoráveis à sensação de competência. Ele denomina tal fato como ciclo político oportunista. Segundo Oliveira e Carvalho (2006), as primeiras discussões sobre o comportamento político diante do calendário eleitoral vieram de trabalhos de Kalecki (1943), Akerman (1947) e Downs (1957) onde tentam encontrar modelos formais que explicassem o impacto dos fatores políticos na economia. Esta linha de pesquisa, conhecida como Teoria da Escolha Pública (TEP) tem como principais ícones James Buchanan e Joseph Schumpeter. Mas foi na década de 1970 que se intensificaram estas discussões, com os chamados ciclos políticos econômicos tradicionais oportunistas e ideológicos (ou partidários)¹. Já na década de 1980, surgiram os chamados ciclos político-econômicos racionais oportunistas e ideológicos².

¹ O objetivo principal do candidato é maximizar sua probabilidade de reeleição, estimulando uma expansão da demanda agregada através de aumento da oferta de moeda, gerando rápido crescimento do produto e redução do desemprego.

² Os eleitores são modelados como racionais, mas possuindo informação imperfeita, deriva do fato de que estes buscam inferir a competência do titular a partir de suas decisões de política. É a tentativa do titular sinalizar um tipo “competente” que distorce as decisões econômicas nas proximidades das eleições.

No estudo de Fenolio (2007) é sabido que estudiosos como Alesina, Roubini e Cohen (1997) realizaram análise para Estados Unidos e 18 países da Convenção da Organização para a cooperação e Desenvolvimento Econômico³ (OCDE) entre os anos de 1947 – 1994 e 1960 – 1993, respectivamente. O estudo mostrou pouca clareza da existência de ciclos pré-eleitorais nas variáveis macroeconômicas americanas, e foi observado o não aumento da inflação após as eleições, o que reforça a não existência de ciclos políticos oportunistas. Resultado parecido foi visto no estudo com os países da OCDE. A procura de evidências de ciclos nos instrumentos de política monetária dos Estados Unidos tem indicado a não existência de ciclos políticos na moeda ou taxa de juros. Estes estudos demonstram ainda que os eleitores não são favoráveis a gastos excessivos durante os anos de eleição.

No Brasil, a influência econômica dos ciclos políticos é clara, onde as evidências apontam endividamento das finanças públicas, durante o período eleitoral, aumento da receita e déficit no ano da eleição.

A palavra ciclo de acordo com o Dicionário Aurélio edição 2010 significa “série de fenômenos que se sucedem numa ordem determinada”. Já, político é definido “aquele que se dedica à política, relativo ao governo de um Estado”. Com essas definições pode-se começar a entender o alvo deste trabalho, em avaliar se o ciclo político interfere na economia e em suas variáveis econômicas selecionadas. Especificamente, este estudo propõe-se a analisar a política brasileira, relacionada ao tipo de política econômica adotada e as expectativas pré-eleitorais; o que os políticos utilizam para convencer o eleitor a decidir seu voto por eles, como argumentam para provar que são a melhor escolha; e a trajetória das intenções de votos também serão abordadas.

1.2 Problema de Pesquisa

O problema de pesquisa relaciona-se com as distorções e desequilíbrios que podem ocorrer no comportamento das variáveis macroeconômicas diante dos períodos eleitorais. Ou seja: o período eleitoral, conseqüentemente o ciclo político, influencia o

³ Organização internacional e intergovernamental que agrupa os países mais industrializados da economia do mercado. Tem sua sede em Paris, França. Na OCDE, os representantes dos países membros se reúnem para trocar informações e definir políticas com o objetivo de maximizar o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países membros e da economia mundial.

desenvolvimento das variáveis econômicas? A partir de que momento, antes ou depois das eleições de fato, podem-se observar influências na economia?

A abordagem será feita a partir de 1994, e os sucessivos períodos eleitorais até 2010 analisando-se artigos acadêmicos direcionados ao assunto, pesquisa de opinião dos períodos eleitorais e periódicos que analisam a teoria de ciclos políticos e o andamento das variáveis macroeconômicas nos anos de eleição. Dentre as variáveis a serem analisadas estão: taxa de juros, inflação, superávit primário, taxa de câmbio, balanço de pagamentos e reservas internacionais. A fonte de dados baseia-se em pesquisas eleitorais da data folha, SENSUS, IPEA, artigos científicos relacionados ao tema.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Com esse estudo pretende-se compreender a importância do período eleitoral para a economia brasileira.

1.3.2 Objetivo Específico

A partir do estudo do comportamento do eleitor, e do oportunismo político, temos a influência econômica de forma abrangente, como as decisões determinadas vezes pessoais dos candidatos, influenciam a macroeconomia do país, trazendo benefícios para a população ou o oposto. Cada variável econômica pode responder as expectativas eleitorais de forma diferente, mas geralmente de forma esperada pelos candidatos mais influentes.

Além desta introdução, este trabalho divide-se em quatro partes. Na segunda, tem-se a revisão de literatura. A terceira envolve a metodologia adotada. Na quarta observam-se os resultados deste trabalho. Por fim a última parte traz as conclusões.

2. Revisão de literatura

O estudo de Agria (1994) busca demonstrar a existência de ciclos políticos em Portugal no período de 1973 a 1992, seguindo modelos do tipo oportunistas baseado em Nordhaus, ou do tipo ideológico partidário, como concebido. A variável por ele adotada foi o investimento público nas construções civis sob três formas típicas: a formação bruta do capital fixo, as adjudicações e as promoções de obras públicas. O

investimento público em construção civil foi utilizado como forma de pressão política sobre os eleitores para permanecerem no poder aqueles que já estavam, ou seja, com a clara intenção de reeleição. Os testes permitiram concluir que existe um sobreaquecimento em épocas pré-eleitoreiras, seguida de um retrocesso após as eleições. Este comportamento manifesta-se de forma independente das opções ideológicas defendidas por cada governo confirmando as teses de Nordhaus.

No artigo de Averbug e Giambiagi (2000) são expostos fatos que antecederam e aconteceram durante a crise cambial no início de 1999, primeiro ano do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). A idéia central do texto é a de que o Brasil é um país diferenciado, portanto poderia manter sua política cambial, mantendo-a fixa. Eles procuram entender o porquê de a economia brasileira, após grave desvalorização da moeda, conseguir sair praticamente ilesa. A metodologia utilizada por eles é a pesquisa bibliográfica, comparativo entre os dados coletados e análises de profissionais da área econômica. Para os autores é evidente que o Brasil conseguiu, entre todos os países emergentes da época, a mudança de regime cambial mais bem sucedida, com uma desvalorização real e custo baixo em termos de inflação. Fica claro também que essa mudança no regime cambial não foi aceita de imediato por profissionais da economia e pela maioria do eleitorado, já que quem programara era o recém-eleito Presidente e o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, que até então defendiam a estabilidade cambial.

O artigo de Bresser-Pereira (2002) faz um breve apanhado do que foi o Governo FHC e como ficou a economia no fim de seu governo, e qual seria a expectativa se o seu candidato José Serra conseguisse sucesso na eleição. Seu foco maior, relacionado a pesquisas eleitorais, cita que os eleitores comportavam-se de maneira contraditória, prezando o Presidente (FHC), mas criticando as altas taxas de desemprego que caracterizaram seu governo, recusando-se então a votar em um candidato que representasse a continuidade do governo (José Serra). Para Bresser-Pereira, o governo FHC foi social democrata, aumentou a carga tributária para poder gastar no social, contrariando os argumentos da oposição direta, o Partido dos Trabalhadores (PT). Ele lembra que a carga tributária durante o governo FHC cresceu de 28% para 34% do PIB, e que grande parte deste excedente foi gasto em programas sociais. Ele conclui dizendo que, nos oito anos de governo FHC, a equipe econômica errou ao adotar uma política de altos juros e câmbio baixo, concedendo prioridade a uma batalha contra a inflação ao invés de travar luta contra o desequilíbrio do balanço de pagamento e a conseqüente

insolvência externa. Erraram, também, me acreditar na proposta de Washington que dizia que seria possível para países em desenvolvimento altamente endividados retomar o crescimento com poupança externa. O fim dessa eleição acabou culminando na vitória do candidato oposto.

Bittencourt e Hillbrecht (2002) nos falam da busca de pesquisa sobre o ciclo político no Brasil, que há na literatura um consenso de comportamento ciclicamente endógeno da política econômica que causa efeitos significativamente prejudiciais ao desenvolvimento dos países latino americanos. O ciclo na política fiscal sincronizado com o calendário eleitoral leva a um destino intertemporal ineficiente dos recursos. Eles procuram entender os efeitos de políticas oportunistas de caráter eleitoral sobre a execução orçamentária nos estados brasileiros no período entre 1983 à 2000, visando fornecer idéia do comportamento das variáveis orçamentárias ao longo dos mandatos e identificar como características político eleitorais dos estados poderiam afetar as receitas e despesas públicas. O método utilizado foi de um painel dinâmico, que permite analisar o período indicado. Os resultados confirmaram as suposições teorias em relação ao ciclo político nas variáveis orçamentárias. No ano eleitoral em particular, confirmam o sugerido pela teoria e pelos resultados de outros trabalhos aplicados à países em desenvolvimento, desenvolvidos e mesmo para o Brasil.

Gonçalves e Fenolio (2006) têm como objetivo demonstrar que o calendário eleitoral influencia a política monetária do país. Eles investigam se o Banco Central manipula taxas como a Selic com fins eleitoreiros. Com o desenrolar da pesquisa é visto que há ausência de ciclo eleitoral na política cambial. No artigo são usados dados da economia brasileira com o intento de inquirir a existência de manipulação eleitoreira no período de vigência do sistema de Metas Inflacionárias. Os autores elaboram *dummies* políticas para as eleições de 2000 a 2006 e analisam a relevância estatística em uma regra de Taylor que visa explicar o comportamento da autoridade monetária nos últimos seis anos. Os resultados obtidos demonstram que os instrumentos da política monetária não são afetados pelo calendário eleitoral no Brasil. Eles relembram de que esse resultado encontrado é compatível com resultados encontrados por Alesina, Roubini e Cohen (1997) e Beck (1987), que encontraram evidências de que não há manipulação eleitoral na taxa de juros nos EUA e OCDE. Eles concluem também a autoridade monetária brasileira trabalha com independência desde o estabelecimento do regime de Metas de Inflação em 1999. Concluindo eles revelam mudanças nos padrões

econômicos da regra de Taylor que aplica dados até o fim de 2002, onde não só o coeficiente ao desvio da inflação dobrou na amostra do estudo, como também o termo do produto passa a aparecer como significativo. Além disso, os dois revelam um aumento da aversão inflacionária do Banco Central no período 2003-2006.

No texto de Nakaguma e Bender (2006) são investigados os motivos da existência de ciclos eleitorais na política fiscal dos estados brasileiros. Eles propõem identificar se os eleitores são capazes de suscitar as sinalizações de competência dos governantes em resignação com os modelos de controle eleitoral. Testam a existência de ciclos eleitorais na execução orçamentária dos estados, analisando se os recursos têm variado de acordo com o tempo entre os estados, conforme o grau de transparência política.

A metodologia proposta para o estudo dos ciclos eleitorais é de analisar o impacto de cada um destes componentes sobre as chances de reeleição dos governantes. Os resultados do estudo demonstraram que para as receitas e despesas há presença de ciclos políticos bem definidos, assinalados por fortes elevações durante os anos eleitorais e quedas marcantes durante os anos pós-eleitorais. Constataram que a grandeza dos ciclos eleitorais tem diminuindo rapidamente ao longo do tempo, em um resultado conciliável com o obtido por Brender e Drazen (2005) e que poderia ser concedido ao aprendizado e à experiência adquirida pelos eleitores após sucessivas eleições. Comparando os estados, a grandeza dos ciclos não se mostrou diminuir com o aumento do grau de transparência vigente, se opondo as predições dos modelos de controle político.

Analisando o que foi dito no artigo de Neutzling Jr. (2006), pode-se destacar no tempo de 1990 a alta inflação, na casa dos dois dígitos, a qual só foi extinta com o surgimento do Plano Real em 1994, que instituía a nova moeda do País, o Real. Neste período, é estabelecido também um novo regime monetário e cambial. Essa tentativa não era original, pois em 1986 foi pensado a mesma estratégia com o Plano Cruzado, mas que infelizmente levou à erosão das reservas. Em termos do câmbio, a partir de 1990, com o Governo de Fernando Collor, o regime de câmbio era flutuante. Com o Plano Real o governo estipulou a partir de 1995, regime de bandas cambiais que perdurou até 1999 quando surgiu a crise, e o câmbio passou a ser de flutuação suja. O autor chama, também a, atenção para uma patologia social advinda da crise, o aumento

da taxa média de crescimento do PIB durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi de 2,44 aa.

Salvato *et al* (2007), estuda o período entre 1985 a 2006, partindo do conhecimento dado do trabalho de Nordhaus (1975) que ficou conhecido na literatura como ciclos políticos-econômicos. Baseado em fundamentação teórica e estudo econométrico dos dados, os resultados não rejeitam a possibilidade de manipulação eleitoral sistemática no Brasil no período analisado, no que diz respeito a relação entre calendário eleitoral e flutuações econômicas de curto prazo. O artigo em questão trata da hipótese de que os políticos não estão unicamente preocupados com a maximização do bem estar da sociedade, mas sim com a possibilidade de sua (re) eleição. Acaba que a preocupação dos candidatos se torna individualista. Os autores então discorrem como estes afetam o comportamento das séries econômicas no pré e pós-eleitoral. Tratam da possibilidade de influência da combinação de oportunismo político e calendário eleitoral no Brasil nas variáveis macroeconômicas e nos instrumentos de política utilizando o modelo com componentes auto-regressivos e média móvel, conforme Preussler e Portugal (2002), incluindo duas variáveis *dummies* de interrupção, uma delas para captar oportunismo político no período pré-eleitoral e outra no período pós-eleitoral. Analisaram variáveis como a taxa de crescimento do PIB, taxa de desemprego, taxa de inflação, despesa governamental e déficit público. Os principais resultados foram as evidências estatísticas de manipulação oportunista pré-eleitoral sobre a taxa de inflação no período após a implementação do Plano Real e sobre as taxas de desemprego e crescimento do produto. Depararam-se, também com a não rejeição da hipótese de ação oportunista sobre o gasto público e o déficit governamental. Concluíram que em razão de atitudes oportunistas com objetivos políticos eleitorais dos formuladores de política econômica, a economia no Brasil teve momentos de aquecimento pré-eleitoral incoerente, levando a recessão econômica em períodos pós-eleitorais. Os autores deixam claro de que o estudo deve ser pensado como subsídio adicional aos debates sobre a independência do Banco Central do Brasil e sobre a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal no Brasil, pois no estudo encontraram sinais de elevação do nível de emprego da taxa de crescimento do produto para níveis não sustentáveis a médio prazo, geradas de maneira oportunista.

Sakurai (2008) investiga evidências de ciclos eleitorais e partidários nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros entre os anos de 1990 e 2005. O autor aplica

testes que procuram prover resultados que permitam avaliar como as influências partidárias das prefeituras brasileiras atingem a forma pela qual alocam seus recursos disponíveis. Um dos resultados encontrados foi em relação à instituição da Lei de Responsabilidade Fiscal, onde evidenciam uma recomposição das despesas municipais ao longo do tempo. Os resultados também mostram que o fenômeno do ciclo eleitoral é observado com maior expressividade em algumas funções específicas: saúde e saneamento, assistência e previdência, habitação e urbanismo e transportes, já que essas variáveis são o foco do apelo político. Sakurai (2008) mostra ainda que os partidos de esquerda e de direita comprometem maiores recursos nas funções habitação e urbanismo e educação e cultura.

Araújo e Leite (2009) analisam o desalinhamento cambial no período de 1994 até o início de 2008 no Brasil, observando que a taxa de câmbio durante o período estudado esteve sobreapreciada principalmente após o primeiro trimestre de 2005. O estudo levou a conclusão de que além de sobreapreciada ao longo do período investigado, ela manteve-se desalinhada, o que causaria consequências sérias para a economia brasileira.

Conclui-se que, a influência no Banco Central é pouca, e que o mercado financeiro é sensível a qualquer mudança no quadro eleitoral, tanto muito antes das eleições, quanto próximo ao pleito.

3. Caracterização de ciclo político

Neste capítulo serão analisados em um primeiro momento, os ciclos políticos no mundo, independente da linha temporal. E na segunda parte serão abordados os períodos de 1994 a 2010 no Brasil, examinando os fatos econômicos que foram influenciados pelo calendário eleitoral, principalmente em anos de eleições presidenciais. Serão vistos também, como as pesquisas eleitorais se comportaram antes e durante as eleições e de que forma essas tendem a impactar a economia.

3.1. Ciclo Político no Mundo

Fenólio (2008) cita estudos feitos por Beck (1987) para o período de 1960-1980 relacionando ciclos na moeda convenientes a época das eleições. Controlando o conjunto monetário por variáveis reais a influência eleitoral perde sua significância estatística, levando o autor à conclusão de que os ciclos observados eram ocasionados

por ciclos eleitorais de cunho fiscal e não por manipulações do banco nacional Federal Reserve Bank (FED), já que não foram encontradas evidências de manipulação da taxa de juros advindas dos ciclos políticos. Compreende-se que há pouca evidência de manipulação oportunista da política monetária as vésperas das eleições. Nesta linha de pensamento, Salvato *et al* (2007) menciona que, segundo Fialho (1996, p.7):

“Os estudos de Tufte (1978) para o período 1948-1976 e Maloney e Smirlock (1981) para 1957-1976 encontram evidência de ciclos políticos monetários nos Estados Unidos, podendo então atribuir as oscilações verificadas na política monetárias nestes períodos, em parte, ao comportamento maximizado de votos do governo. Esta comprovação entra em choque com o – supostamente elevado – nível de autonomia do Federal Reserve Bank (FED)”.

A evidência empírica expõe que o desempenho econômico acomete a probabilidade de reeleição do titular. A inexistência de manipulação eleitoreira da política monetária por parte do titular não significa que maior crescimento e menos inflação não influenciam os resultados das urnas. Inúmeros artigos demonstram que os eleitores são na maioria das vezes conservadores quando diz respeito à área fiscal, punindo nas urnas os elevados gastos em anos de eleições. De acordo com Fenólio (2008) a literatura ainda não forneceu uma resposta convincente que concilie tais evidências.

Agria (1994) faz um estudo específico para Portugal, baseando-se no modelo da teoria das expectativas racionais, que em meados da década de 80 tiveram como expoentes Rogof (1990) e Sibert (1988), na tese oportunística e Alesina (1987), na versão partidária. Os trabalhos destes autores foram centrados no produto, na inflação e no desemprego, embora tenham sido detectados também variáveis instrumentais de política orçamentária e monetária. O estudo de Agria (1994) elege a variável do investimento público em construção civil trazendo a generalizada convicção de os governos utilizariam as obras públicas para reforçarem seus resultados eleitorais.

No estudo de MacRae observaram-se evidências oportunistas no âmbito político, sobre inflação e desemprego nos Estados Unidos, no período compreendido entre 1957-1972, que compreende quatro eleições. Ele adota duas hipóteses alternativas sobre o comportamento do eleitorado, vislumbrando evidências de oportunismo político-eleitoral, sob eventualidade de eleitores míopes apenas na segunda e terceira eleições. Já considerando o comportamento racional e estratégico dos eleitores, a previsão da variável política mostrou-se para a primeira e quarta eleições.

No quadro abaixo temos um comparativo das teorias Oportunista e Partidária. Essas teorias ainda se subdividem em Tradicional e Racional, no quadro vemos o comportamento da Taxa de Inflação, Taxa de Crescimento de PIB e Taxa de desemprego, e das políticas monetária e fiscal. Ele está inserido no estudo de Salvato *et al* e como é pertinente para o bom entendimento de nosso estudo, inserimos o mesmo.

Quadro 1 – Resumo da Teoria dos ciclos políticos.

Resumo dos Resultados Teóricos dos Modelos de Ciclos Políticos				
	Teoria Oportunista		Teoria Partidária	
	Tradicional	Racional	Tradicional	Racional
Taxa de inflação	Elevação da inflação no período pré-eleitoral estendendo-se durante alguns trimestres após as eleições. Em seguida diminui	Comportamento idêntico ao dos modelos tradicionais, mas com efeitos menores tanto na duração quanto na dimensão.	Inflação permanentemente elevada quando um partido de esquerda está no poder e permanentemente baixa quando um partido de direita governa.	Inflação permanentemente elevada quando a esquerda governa.
Taxa de crescimento de PIB e Taxa de desemprego	A partir do 3º ou 4º ano de mandato a taxa de crescimento do PIB encontra-se acima do normal (desemprego abaixo do normal). Há queda da taxa de crescimento do PIB após as eleições (aumento do desemprego).	Não existe um ciclo regular na taxa de crescimento do PIB e taxa de desemprego	Taxa de crescimento do PIB permanentemente elevado e taxa de desemprego permanentemente baixo quando um partido de esquerda está no poder. O contrário quando um partido de direita governa	Taxa de crescimento do PIB temporariamente acima do seu valor natural e desemprego temporariamente abaixo do seu valor natural após a vitória de um partido de esquerda. O contrário se ganhar um partido de direita.
Política Monetária	As políticas monetária e fiscal são expansionistas a partir do último ou penúltimo ano antes das eleições e	As políticas são expansionistas nos últimos 2 ou 3 trimestres que precedem uma eleição e	A taxa de crescimento da oferta de moeda deve ser mais elevada com governos de esquerda e, como a inflação é também mais elevada, as taxas de juros também o devem ser.	
Política Fiscal	contracionistas na primeira metade do mandato.	contracionistas 2 ou 3 trimestres após as eleições. Os efeitos são menos intensos e de duração menor em relação ao modelo tradicional.	Os governantes de esquerda são mais propensos a déficits orçamentais, apesar de também serem mais propensos a aumentar os impostos.	

Fonte: Salvato et al 2007.

Em estudos citados por Salvato *et al* (2007), Nordhaus (1975) encontra comprovação insuficientemente empírica de seu modelo. Com uma amostra de nove

países⁴, no período 1947-1972, o autor busca não refutar a hipótese de que, para um período de mandato específico, a taxa de desemprego estaria abaixo da natural na segunda metade deste mandato, e acima na segunda. O autor não nega esta hipótese para dados de Alemanha, Nova Zelândia e Estados Unidos, mas seus resultados são menos vigorosos para França e Suécia. Para os outros países da amostra não são encontradas evidências de oportunismo político.

Mencionando Martins (2000), Salvato *et al* (2007, p. 7) demonstra que o:

“Estudo para o caso português e período de análise 1985-2002, apesar de não encontrar evidência de oportunismo sobre as taxas de desemprego e inflação, nem sobre o produto, indica ter existido para o período uma tendência oportunista sistemática na política monetária, destacando então a importância de uma maior independência do Banco de Portugal”.

3.2. Ciclo político no Brasil

Primeiramente é necessário lembrar que antes do período analisado neste trabalho, o país passou por momentos de tensão política, já que o Presidente Fernando Collor de Melo, eleito em 1989, sofreu processo de Impeachment em 1992. Acusado de corrupção e esquemas ilegais em seu governo, a campanha “Fora Collor” mobilizou muitos estudantes que saíram às ruas com as caras pintadas para protestar contra o corrupto presidente.

Fernando Collor de Melo acabou eleito e toma posse em 1990, era um político jovem que gerou grande expectativa na população por poder ser o primeiro presidente eleito após tantos anos de ditadura. Seu discurso prometia livrar o país da corrupção dos que faziam uso indevido do dinheiro público. Mas o que ocorreu foi o oposto. Collor lançou uma medida confiscando os depósitos em contas bancárias com valor acima de CR\$ 50,000. Muitas pessoas e empresas faliram naquele momento e a reprovação ao governo do presidente começou a aparecer. A mal planejada abertura econômica, marcada por privatizações de empresas estatais e leilões de bens públicos, teve reflexos também na vida da população aliados a alta da inflação.

Segundo o site Memória Globo, em maio de 1992 o Congresso deu início a uma CPI para apurar os acontecimentos. No dia 24 do mesmo ano encerra-se a CPI com a leitura inclusive em rede nacional, de seu relatório final. A câmara dos deputados recebeu um pedido formal de afastamento do presidente, assinado pelo presidente da

⁴ Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, Nova Zelândia, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos.

Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em 1º de setembro. Finalmente em 29 de setembro de 1992, milhares de pessoas acompanharam a votação do *Impeachment* de Collor, o qual foi aprovado com 441 votos favoráveis e apenas 38 contrários. Fernando Collor foi afastado do cargo compulsoriamente por 180 dias e substituído, em 2 de outubro, pelo vice-presidente Itamar Franco como determinava a lei. No último julgamento, em dezembro Collor renuncia, mas o julgamento prosseguiu, e o presidente afastado foi condenado, por 76 votos a três, à inelegibilidade e à inabilitação por oito anos para o exercício de cargos públicos. Após isso o vice-presidente Itamar Franco assume a presidência.

Em 1994 o então presidente Itamar Franco, apoia a campanha de Fernando Henrique Cardoso. No quadro 2 a seguir, vemos os anos em que foram realizadas eleições no Brasil e quais os cargos disputados e as datas das eleições.

Quadro 2 – Resumo dos anos eleitorais.

ANO DO PLEITO	EXECUTIVO FEDERAL	SENADO E CÂMARA FEDERAL	EXECUTIVO ESTADUAL	ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS	EXECUTIVO E CÂMARA MUNICIPAL
	PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA	DEPUTADO FEDERAL/ SENADOR	GOVERNADOR	DEPUTADO ESTADUAL/DISTRITAL/DE TERRITÓRIO	PREFEITO, VICE-PREFEITO E VEREADORES
1994	Eleição direta 3/10	Eleição direta 3/10	Eleição Direta 3/10 (1º Turno) 15/11 (2º Turno)	Eleição direta 3/10	-
1996	-	-	-	-	Eleição Direta 3 de Outubro(1º Turno) 15 de Novembro(2º Turno)
1998	Eleição direta 4/10	Eleição direta 4/10	Eleição Direta 4 de Outubro(1º Turno) 25 de Novembro(2º Turno)	Eleição direta 4/10	-
2000	-	-	-	-	Eleição Direta 1/10 (1º turno) 29/10 (2º turno)
2002	Eleição direta 6/10 (1º turno) 27/10 (2º turno)	Eleição direta 6/10	Eleição direta 6/10 (1º turno) 27/10 (2º turno)	Eleição direta 6/10	-
2004	-	-	-	-	Eleição direta 3/10 (1º turno) 31/10 (2º turno)
2005	REFERENDO - 23 de Outubro - Instituído pela Lei nº 10. 826, de 22/12/2003, art. 35, § 1º e autorizado pelo Decreto Legislativo n.º 780, de 07/07/2005, para a manifestação do eleitorado sobre a manutenção ou rejeição da proibição da comercialização de armas de fogo e munição em todo o território nacional.				
2006	Eleição direta 1/10 (1º turno) 29/10 (2º turno)	Eleição Direta 1/10	Eleição direta 1/10 (1º turno) 29/10 (2º turno)	Eleição Direta 1/10	-
2008	-	-	-	-	-
2010	Eleição direta 3/10 (1º turno) 31/10 (2º turno)	Eleição direta 03/10	Eleição direta 3/10 (1º turno) 31/10 (2º turno)	Eleição direta 3/10 (1º turno) 31/10 (2º turno)	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

O ano de 1994 foi marcado pela criação do Plano Real, que instituiu a nova moeda do país: o Real. O responsável pela criação da nova moeda foi o então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, durante o governo Itamar Franco. Esse feito baixou a inflação até a crise de 1999. A partir de julho de 1994, as autoridades monetárias praticaram o regime conhecido como âncora cambial, que valorizava a taxa de câmbio de forma a forçar a competição entre os produtos domésticos e estrangeiros. Nesse período, o país ficou dependente de capitais estrangeiros.

Embora essa estratégia não modifique substancialmente o quadro de desigualdades sociais no Brasil, é suficiente para permitir que um grande número de pessoas adquira bens que antes eram inacessíveis. Daí se entende o motivo pelo qual Fernando Henrique Cardoso ganhou força durante sua empreitada eleitoral e conseqüentemente para Presidente da República. Foi eleito no primeiro turno com 55% dos votos válidos. Apesar de algumas crises externas terem afetado diretamente o país no período, a continuidade do Plano Real fez com que a inflação se mantivesse na casa de um dígito, percentual no primeiro ano de governo de FHC.

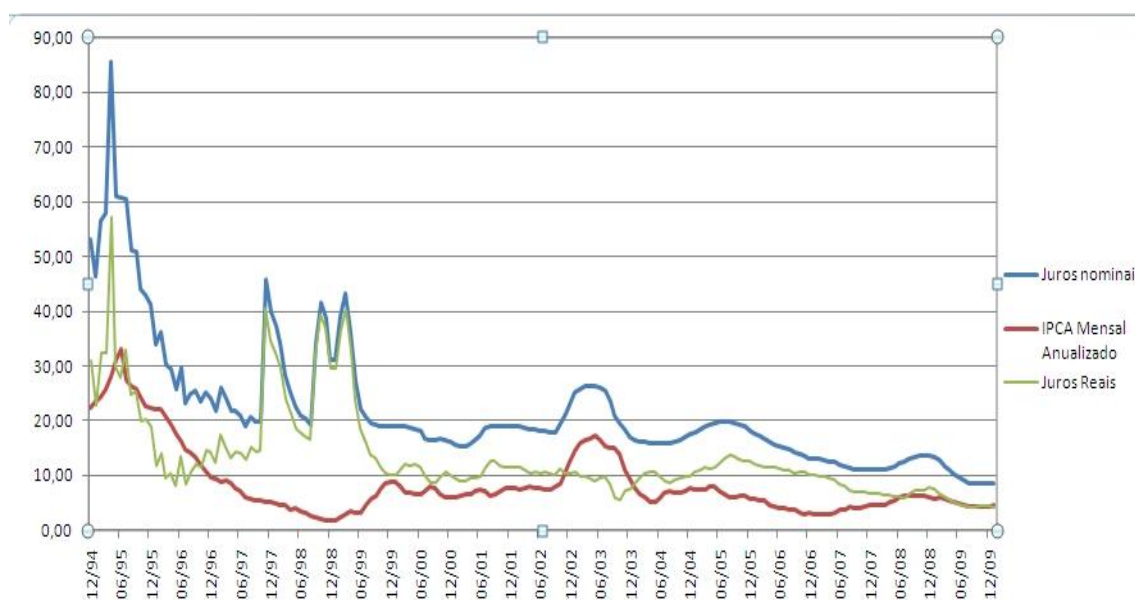
De acordo com Bresser-Pereira (2002), embora o governo e a imprensa entendam o Plano Real como compreendendo toda a gestão econômica do governo FHC, este é um entendimento incorreto. O Plano Real – que neutralizou a inércia e terminou com a alta inflação no Brasil – foi anunciado em dezembro de 1993, teve início com a medida provisória que, em 1º de abril de 1994, introduziu a URV (Unidade Real de Valor; o mecanismo de neutralização da inércia), e completou-se com a reforma monetária, em 1º de julho de 1994. Em 1º de janeiro de 1995, começa a gestão econômica Pedro Malan.

Segundo Bresser-Pereira, o governo FHC foi alvo de duras críticas por parte da oposição, mas conseguiu êxito na estabilidade política do país, assegurando a governabilidade, consolidou a jovem democracia brasileira. Com a proximidade do fim de seu mandato, contando com maioria parlamentar, o governo conseguiu que o Congresso Nacional aprovasse uma Emenda constitucional permitindo a reeleição do presidente da república. Desse modo, FHC disputou o pleito de 1998 e alcançou mais uma vez a vitória presidencial, só que desta vez no segundo turno. FHC foi eleito com 51,79% dos votos, enquanto Lula candidato do PT alcançou 30,95%.

A propaganda eleitoral do governo FHC fundamentou-se principalmente na manutenção da política econômica. Além disso, o governo prosseguiu com o programa de privatizações das empresas estatais e com o Plano Real. Logo após a reeleição, o país passou por um breve período de estagnação econômica, decorrente do racionamento de energia, já que o setor elétrico sofria com baixos investimentos e um período de longa estiagem trazendo o “apagão”.

O gráfico 1, a seguir mostra picos de taxas de juros das crises de 97 e 99 e da liberação do câmbio no início do segundo mandato de FHC, que durante o seu governo manteve a taxa Selic em torno de 20% ao ano.

Gráfico 1 – Comportamento de variáveis macroeconômicas



Fonte: Apio Vinagre - 2010

Após participar de todas as eleições presidenciais, desde a redemocratização do país em 1989, Luiz Inácio Lula da Silva consegue se eleger Presidente da República do Brasil pelo PT (Partido dos Trabalhadores) em 2002, após 22 anos de existência do partido, três derrotas e oito anos de oposição, quase sistemática a Fernando Henrique Cardoso. A vitória foi alcançada após um petista se aproximar de setores mais conservadores e, assim, conseguir o apoio destes. Um sinal desta aproximação e do bom trânsito do PT com setores conservadores foi a escolha do empresário José Alencar Gomes da Silva, 71, como vice na chapa. Político mineiro do Partido Liberal (PL), o senador seria um dos interlocutores do novo governo com setores empresariais e

conservadores do “establishment”. Lula foi o primeiro líder de um partido de esquerda eleito presidente, e o primeiro civil sem diploma universitário a exercê-lo como titular. A vitória veio decorrente de mudança de diálogo com setores antes combatidos pelo PT. Desde 1989, quando perdeu sua primeira eleição para Fernando Collor de Melo, o discurso, as propostas e a imagem do candidato e do partido tornaram-se menos radical e mais próxima de setores mais ao centro. Lula concorreu diretamente com o candidato apoiado pelo então presidente da república Fernando Henrique Cardoso, José Serra, que era ministro da saúde no governo FHC. Lula foi o mais votado no primeiro turno, e alcança a vitória presidencial no segundo turno das eleições, com 46,4% dos votos e José Serra, 23,2%.

Para Bresser-Pereira (2002), o que mais incentivou os eleitores a elegerem Lula foram às altas taxas de desemprego do governo anterior, e a promessa deste de diminuir as mesmas, ou seja, os eleitores recusaram-se a votar em um candidato que representasse a continuidade do governo. Outro aspecto apontado como negativo pela oposição foi a alta carga tributária, que a população não entendia como ela era aplicada ao social.

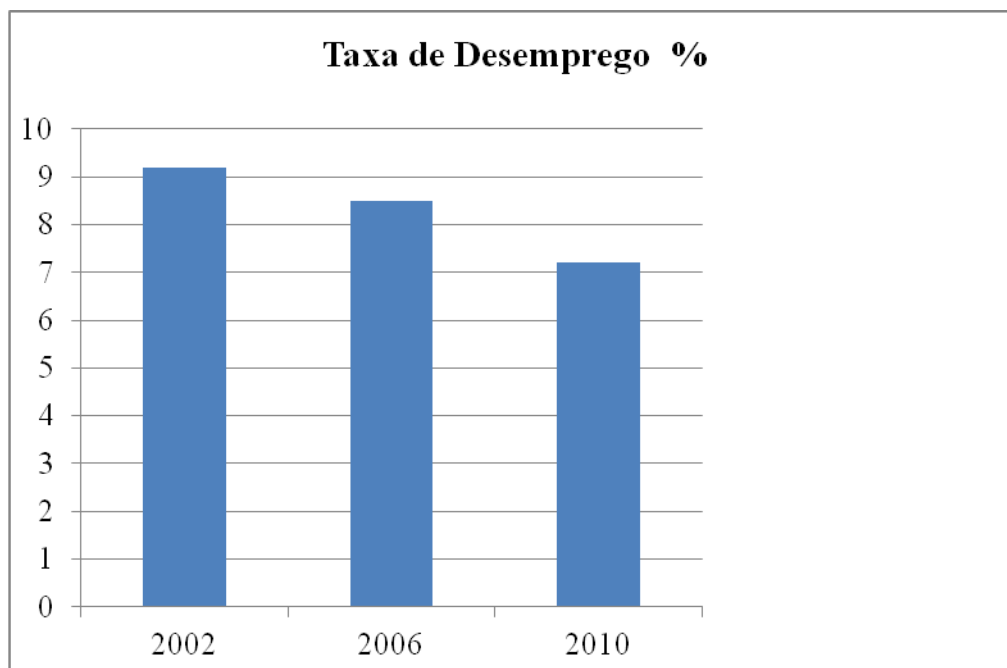
“Nos oito anos do governo Fernando Henrique a carga tributária cresceu de 28% para 34% do PIB, e grande parte deste excedente foi gasto em programas sociais nas áreas da educação, saúde, renda mínima, assistência social, reforma agrária, assistência aos pequenos produtores rurais”. (Bresser-Pereira, 2002, p.4).

Segundo O Globo eleições 2010, durante todo o processo eleitoral, o grau de incerteza econômico assolou o país, fazendo com que investidores tivessem mais cautela para investir no Brasil trazendo leve estagnação na economia brasileira. O lento crescimento da economia global e o patamar do dólar, dos juros e da inflação no Brasil, na época, produziram um quadro pouco favorável para o início do governo Luiz Inácio Lula da Silva. A gestão do novo presidente baseava-se em manter o triunfo que o Plano Real trouxe para o país em relação principalmente à inflação. A principal ação do governo para demonstrar para o exterior de que não haveria mudanças significativas na política econômica, foi nomear para dirigir o Banco Central, Henrique Meirelles, eleito deputado federal pelo PSDB-GO.

O site supracitado destaca ainda, os elevados juros, inflação e baixa atividade econômica como as maiores dificuldades no ano de 2003, primeiro ano de governo do recém eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Foi considerado um dos piores anos para o

mercado de trabalho, pois a taxa de desemprego bateu na casa dos 13% nas maiores regiões metropolitanas. Além disso, a renda caiu, enquanto a informalidade ganhava mais espaço. A seguir, houve recuperação, com a alta das exportações, redução dos juros, retomada da expansão econômica e, conseqüentemente, a geração de empregos e diminuição da informalidade. O gráfico 2, a seguir demonstra a taxa de desemprego, conforme o passar do tempo durante o governo Lula.

Gráfico 2 – Taxa de Desemprego



Fonte: O Globo, eleições 2010.

No ano da posse, 2003, o governo federal substituiu o programa de crédito produtivo popular, que existia desde 1996, pelo Programa de Microcrédito, em que os bancos receberiam para incentivar a geração de trabalho e renda entre pequenos empreendedores. Dois anos depois, ele também foi substituído pelo atual Programa de Microcrédito do Banco Nacional de Desenvolvimento. No mesmo ano, a então Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, programou, junto ao Presidente Lula, o Programa Luz para Todos, programa que priorizava cidades com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior à medida do estado em que estão situadas. Usando esse mesmo programa, Dilma, como candidata em 2010, cita-o como grande feito do governo Lula, dizendo que o então candidato José Serra não faria programa parecido, já que ele priorizava somente a parcela mais rica da população brasileira. Isso é claro interfere e

muito na decisão de voto, principalmente de quem fora beneficiado por tal feito. Vale destacar que se o IDH é baixo, provavelmente a escolaridade de parte dos eleitores também o é, o que pode influenciar lhes a acreditar em que somente a candidata que ajudou a implementar o programa teria reais intenções de manter o que já foi implantado e de continuar atendendo regiões em situações parecidas, o que já leva uma grande parte do eleitorado para “seu lado”, principalmente na Região Norte e Nordeste do país.

O carro chefe do governo federal acontece no ano de 2004, o Programa Bolsa Família, que unificou outros programas como o Auxílio Gás, Bolsa Escola e Fome Zero. O programa é um sistema de transferência direta de renda com várias condicionalidades que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, de acordo com os ganhos familiares por pessoa, quantidade e idade dos filhos. O Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (parceria do governo brasileiro com setores das nações unidas) indica que a pobreza extrema no Brasil teve queda de 12% em 2003 para 4,8% em 2008. Em setembro de 2004, é criado o PROUNI, com a promessa de democratizar o acesso ao ensino superior no país. O programa oferece bolsas integrais e parciais em instituições de ensino privadas a estudantes de baixa renda. Esses alunos passam por uma avaliação escrita e conforme sua nota irão conseguir as bolsas, onde quanto maior a nota do aluno, mais chances ele terá de conquistar a bolsa integral.

Em 2006, Lula se reelege Presidente no segundo turno, com 58 milhões de votos, vencendo o candidato Geraldo Alckimin do PSDB. A divisão regional do eleitorado brasileiro foi menor no segundo turno do que no primeiro. No primeiro turno da eleição, Alckimin havia vencido em dez estados e no Distrito Federal. Tanto no primeiro como segundo turnos Alckimin venceu na região sul, foi maioria nos três Estados. No Centro-Oeste, Alckimin perdeu a liderança no Distrito Federal e Goiás, onde havia conquistado o primeiro turno, mas manteve a vitória em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No Sudeste, Alckimin só venceu em São Paulo. Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais deram mais votos para Lula. O petista obteve sua vantagem mais esmagadora no Nordeste, onde venceu em todos os nove Estados; e no Norte, onde só perdeu em Roraima. No primeiro turno, o petista tinha perdido também no Acre e Rondônia, mas conseguiu sua maior vitória, assim como já havia acontecido no primeiro turno. O maior percentual vitorioso de Alckimin, 61,5% em Roraima, foi bem

menos impactante. Comparando as eleições de 2002, a principal mudança foi na Região Sul, onde Lula havia ganhado do tucano José Serra nos três Estados e agora foi derrotado por Alckimin em toda a região. No final, Lula ficou com 48,61% dos votos e Alckimin com 41,64%.

O período eleitoral em 2010 até a Copa do Mundo de Futebol era apazível. Após a derrota da seleção brasileira na Copa começou, de fato, a corrida eleitoral e consigo os debates em canais abertos de TV. O primeiro deles foi na emissora Bandeirantes no dia 05 de agosto de 2010, em horário nobre. No mesmo dia, horas antes do debate foi divulgada uma pesquisa feita pela CNT/Sensus que apontava Dilma, candidata apoiada pelo atual governo, como favorita dos eleitores; ela recebeu 41,6% das intenções de voto, enquanto o segundo mais citado, o candidato José Serra opositor do governo, ficou com 31,6%. Os demais candidatos registraram no total pouco mais de 10% das intenções dos eleitores. A margem de erro era de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos. Os indecisos, brancos e nulos somaram 14,5%. Em maio, edição anterior da CNT/Sensus, Dilma tinha 35,7%, Serra 33,3% e Marina (Partido Verde) 7,3%.

Apesar de muitos Ministros negarem a sua influência para favorecerem este ou aquele candidato, fatos isolados demonstraram que isto era feito. Exemplo disso é o que o Ministro da Fazenda do governo Lula, Guido Mantega fez em agosto de 2010. Ele participou da divulgação do relatório do Banco Central em 10 de agosto de 2010, o que normalmente não faz, e tentou justificar sua participação declarando: “Em ano eleitoral, tudo que a gente faz pode ser interpretado como ação política. Não é por isso que vou deixar de divulgar os dados da economia”. Para o Ministro, a economia ficava isolada da política nas campanhas, não sofria influências negativas do processo eleitoral, fato que este estudo espera demonstrar ser o contrário. O Ministro afirmou ainda que o PIB brasileiro neste ano seria um dos maiores do mundo e a inflação estava sob controle. “O IPCA (índice oficial da inflação) está abaixo das expectativas do mercado. Ele acelerou no início do ano, mas agora está num patamar menor que nos anos anteriores. Em torno de zero por dois meses consecutivos”. Continuou sua declaração dizendo, “no geral, a economia brasileira está muito bem, cresce de maneira sustentada, gerando empregos, com contas públicas equilibradas”.

Declarações como estas de que a economia anda muito bem durante o governo atual, e que tem projeções positivas para o futuro, em pleno período de campanha eleitoral, depois de debate entre os candidatos, onde a candidata apoiada pelo governo

não foi tão bem quanto o esperado, gera em eleitores indecisos mais uma dúvida entre o candidato opositor ao governo e a candidata apoiada pelo atual presidente.

Segundo Bittencourt e Hillbrech, a avaliação do eleitor para a tomada de decisão acerca de quem será seu candidato toma diferentes rumos, dependendo de seu grau de informação. Nesta idéia pode-se supor que exista uma parcela mais informada, que se atenta durante o ano de eleição aos gastos, impostos e o endividamento antes de atribuir seu voto, e outra parcela desatenta, desinformada, que somente analisa superficialmente os instrumentos da política que o afetam diretamente. Há quem chame essa atitude do eleitor desatento de “ignorância racional”, já que os meios de adquirir informações econômicas durante o período eleitoral são defasadas, e o eleitor pensando de forma que seu voto individual não determina o resultado da eleição, não vê razão para investir tempo em pesquisa pré-eleitoral para assim tomar sua decisão, por esse ou aquele candidato, sendo racionalmente ignorante.

Dados como queda nas taxas de desemprego, melhora dos rendimentos de trabalhadores de classe média, também são indicadores que podem influenciar decisões dos eleitores as vésperas do pleito. Pesquisas divulgadas no jornal Folha de São Paulo em setembro de 2010, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), as vésperas das eleições presidenciais, apontaram taxa de desemprego médio no Brasil de 6,7% em agosto, desacelerada comparada com os 6,9% registrados em julho. Esse índice foi o menor registrado na série histórica, iniciada em março de 2002. Na comparação com agosto de 2009, houve queda de 1,4 pontos percentuais – a taxa havia ficado em 8,1% naquele mês. A renda média do trabalhador cresceu 1,4% até julho e 5,5% frente ao mesmo intervalo no ano passado, ficando em R\$ 1.472,10. O IBGE registrou em agosto daquele ano uma média mensal de 1,6 milhões de pessoas desocupadas, com estabilidade no confronto mensal, mas queda de 15,3% ante igual período em 2009. A população ocupada média em agosto foi de 22,1 milhões de trabalhadores, o que indica alta de 3,2% ante agosto do ano passado. O IBGE mede a situação do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre. Foram pesquisados cerca de 44 mil domicílios.

Já em relação à renda dos trabalhadores, descontada a inflação, o IBGE em 2010, apontava elevação em todas as regiões pesquisadas e batia recorde para meses de agosto na série histórica do IBGE, iniciada em março de 2002. O recorde foi atingido

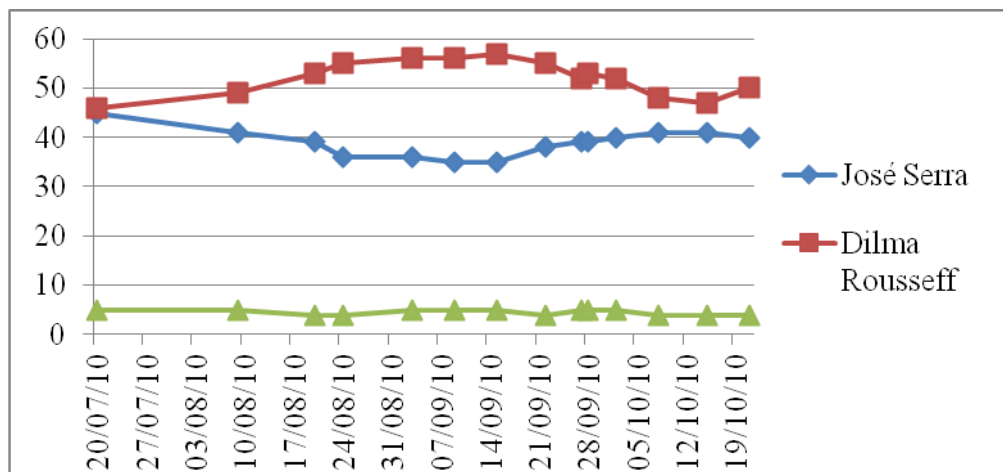
em Recife (R\$ 1.078,10), Salvador (R\$ 1.231,90), Belo Horizonte (R\$ 1.396,40), Rio de Janeiro (R\$ 1.522,90), São Paulo (R\$ 1.580,10) e Porto Alegre (R\$ 1.421,50). Na comparação anual, o maior incremento foi verificado em Recife, onde o rendimento médio real cresceu 20% em relação ao mesmo mês do ano passado. A soma da renda obtida por meio do salário de todos os brasileiros ocupados atingiu R\$ 32,9 bilhões, alta de 1,8% ante julho e de 8,8% em relação a agosto de 2009. Entre os setores da economia, educação, saúde e administração pública registraram o maior valor do rendimento médio: R\$ 2.078,10. Mas o maior crescimento entre julho e agosto foi percebido nos setores de serviços domésticos (2,4%) e comércio (2,3%). Na comparação com agosto de 2009, os maiores crescimentos foram observados na construção (9,3%) e nos serviços domésticos (9,1%).

Apesar de pesquisas terem apontado que a eleição seria vencida ainda no primeiro turno pela candidata Dilma Rousseff, Marina Silva (PV) foi a responsável por ter levado as eleições ao segundo turno. O resultado no primeiro turno das eleições 2010 foi o seguinte: Dilma Rousseff obteve 46,91%, José Serra 32,61% e Marina Silva 19,33%.

As pesquisas DataFolha sobre intenções de votos para o segundo turno, quando consideravam as regiões do país, mostraram que o candidato José Serra do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) só liderava no Sul, com 50%, contra 39% da Candidata Dilma Rousseff do PT. No Nordeste, a vantagem de Dilma Rousseff era de 37 pontos, pois Serra pontuava com 28% na região. No Norte e Centro-Oeste combinados, Dilma tinha 49% contra 42% de José Serra. No Sudeste, região com o maior eleitorado do país (cerca de 43% do total), continuava a vigorar um empate técnico, mas notava-se uma gradual melhora de Dilma e uma estagnação de Serra.

O gráfico 3 mostra a variação entre as respostas dos eleitores em relação aos dois candidatos à presidência, Dilma Rousseff e José Serra. A margem de erro foi de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Gráfico 3- Comportamento das pesquisas eleitorais em %.



Fonte: DataFolha

Segundo a página da UOL dedicada apenas ao assunto Eleições 2010, após meses de uma campanha fervorosa, extremamente envolvida com o meio digital, onde qualquer declaração já trazia forte impacto para a sociedade, principalmente as que envolveram temas morais e religiosos, Dilma Rousseff foi eleita a primeira presidente (ou presidenta como ela mesma prefere ser chamada), da história do Brasil. Ela derrotou o candidato José Serra do PSDB no segundo turno, o qual também entrou na história com uma abstenção que superou os 20 milhões de eleitores.

A vitória de Dilma no segundo turno foi em 15 Estados brasileiros e no Distrito Federal, José Serra venceu em 11 Estados. No comparativo com o primeiro turno Serra havia levado 8 (oito), enquanto Dilma 18 (dezoito), Marina Silva, que foi o ponto de desequilíbrio do primeiro turno foi a mais votada no Distrito Federal. Em linhas gerais percebemos o quanto a época eleitoral influencia a economia brasileira. O período de 1994, quando o Plano Real fora idealizado e implantado, foi o mais conturbado dos anos 90, mas trouxe consigo boas impressões no mercado internacional. Essas impressões positivas renderam dois mandatos a FHC, que consegue se reeleger, mas já nos anos 2000, com a candidatura sólida de Lula seguida de sua vitória, o mercado econômico se abala, já que ele era de um partido opositor.

Com a vitória de Lula vinha também o temor de que ele não conseguisse manter o crescimento econômico do País, e o mercado internacional se via inquieto às possíveis ações do novo Presidente. Por todo o exposto acima vemos a necessidade de ainda se buscar dados mais profundos de antes e depois de cada período eleitoral, para uma

análise mais completa da influência do ciclo político na economia brasileira, e consequentemente sobre a decisão dos eleitores.

4. Metodologia

A metodologia adotada envolverá a revisão de literatura, análise de dados, através da estatística descritiva, comportamento de tendência e correlação entre as variáveis analisadas.

A proposta do trabalho é baseada na idéia de que a elevação dos gastos públicos pode ser percebida e analisada pelos eleitores, tanto como uma tentativa de sinalizar competência quanto como uma evidência de oportunismo por parte dos governantes, pura e simplesmente para alcançar seu objetivo, vencer as eleições. O fundamento teórico se encontra em artigos científicos analisados que se basearam principalmente em estudos caracterizados como Rogoff (1990) e Nordhaus (1975).

Para análise dos dados, será feita estatística descritiva utilizando média. Será feita também a correlação entre as séries de dados, com vista a verificar a direção do relacionamento linear entre duas variáveis aleatórias. No uso estatístico geral, correlação se refere à medida da relação entre duas variáveis, embora correlação não implique causalidade.

Para Costa (2009), a correlação entre duas variáveis reflete o grau de relacionamento entre elas. Vários coeficientes são utilizados para situações diferentes. Entre eles o mais conhecido é o coeficiente de correlação de Pearson, o qual é obtido dividindo a covariância de duas variáveis pelo produto de seus desvios padrão, para medir o grau de correlação (e direção dessa correlação, se positiva ou negativa) entre duas variáveis de escala métrica (intervalar ou de razão).

Para Hoffmann as variáveis estão positivamente correlacionadas quando o valor de Y tende a aumentar quando o valor de X cresce, e negativamente correlacionados quando Y tende diminuir quando X cresce: Quando X e Y não estão correlacionados terão um valor próximo de zero. A análise correlacional indica a relação entre duas variáveis lineares e os valores serão entre $-1 \leq p \leq 1$. O sinal indica a direção, se a correlação é positiva ou negativa, e o tamanho da variável indica a força da correlação, onde:

- $p=1$ significa uma correlação perfeita positiva entre as duas variáveis.

- $p = -1$ significa uma correlação negativa perfeita entre as duas variáveis. Isto é, se uma aumenta, a outra sempre diminui.

- $p = 0$ Significa que as duas variáveis não dependem linearmente uma da outra.

No entanto, isso não implica que não existe relação entre as variáveis, pode sim existir uma dependência não linear. Assim, o resultado $p = 0$ deve ser investigado por outros meios. Tem-se, ainda, p positivo ou negativo:

- $p \geq 0,70$ indica uma forte correlação;

- $0,30 < p < 0,70$ indica correlação moderada;

- $p \leq 0,30$ mostra fraca correlação.

Para este trabalho serão analisadas as variáveis inflação, PIB, desemprego, taxa de juros e brevemente a taxa de câmbio, durante o período eleitoral que antecederam, e sucederam as eleições presidenciais.

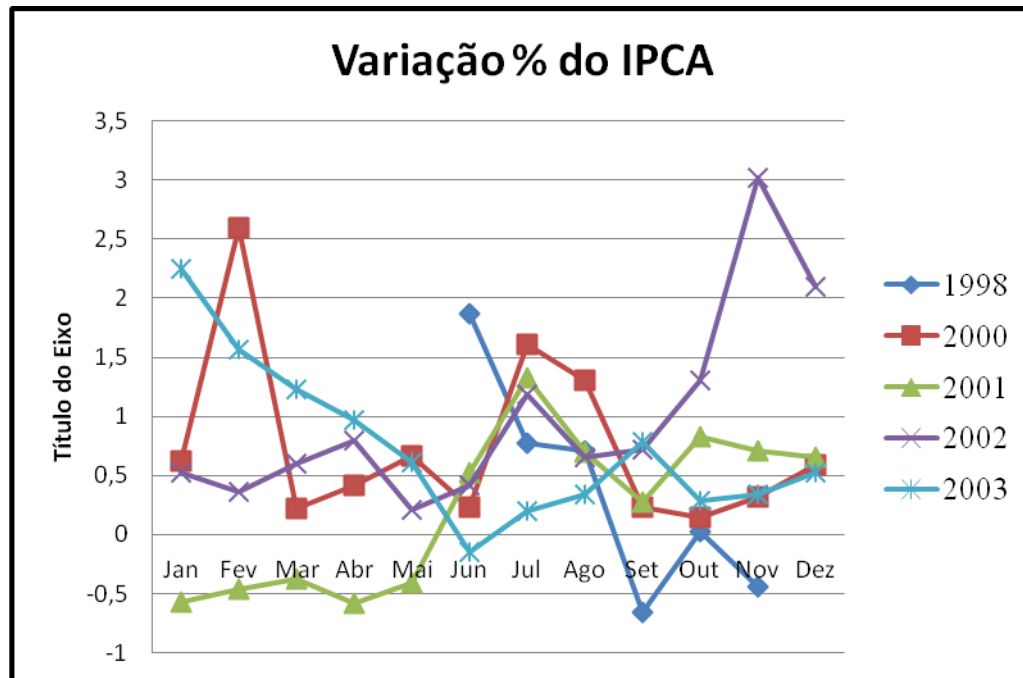
5. Análise dos Resultados

Em função do tema abordado, as principais observações irão se restringir ao período pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral, baseado em dados mensais e anuais das eleições presidenciais de 1998, 2002, 2006 e 2010. As amostras começam em sua maioria a partir de 1998 (algumas a partir de 1999 devido a dados disponibilizados no Banco Central), e vão até agosto de 2011. Diversos dados são de periodicidade diária, e a observação foi obtida através de uma média da expectativa que vigorou em cada reunião do COPOM (obtidos através do site do Banco Central).

Nos gráficos 4.1 e 4.2, dados disponibilizados no site do Banco Central, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mostram que em 1999 a variação de 8,9% do IPCA permitiu o cumprimento da meta anual para a inflação, já que a meta fixada para o ano era de 8% anual, admitindo desvios de dois pontos percentuais para mais ou para menos. Já nos anos de 2001, a variação atingiu 7,67%. Nos gráficos 4.1 e 4.2, tem-se a variação do IPCA nos períodos eleitorais e pós-eleitorais (no ano eleitoral e um ano após). Com base nisto é possível ver claramente que o ano em que a variação obteve um valor mais alto (em %) foi o ano de 2002, ano que Lula vence sua primeira eleição, e que o clima de incerteza, preponderava no cenário econômico e político do país. Como ressalva destaca-se que não se apresentou o ano de 1999 no gráfico, por não ter de forma clara somente os índices de IPCA no site pesquisado, já que os dados que

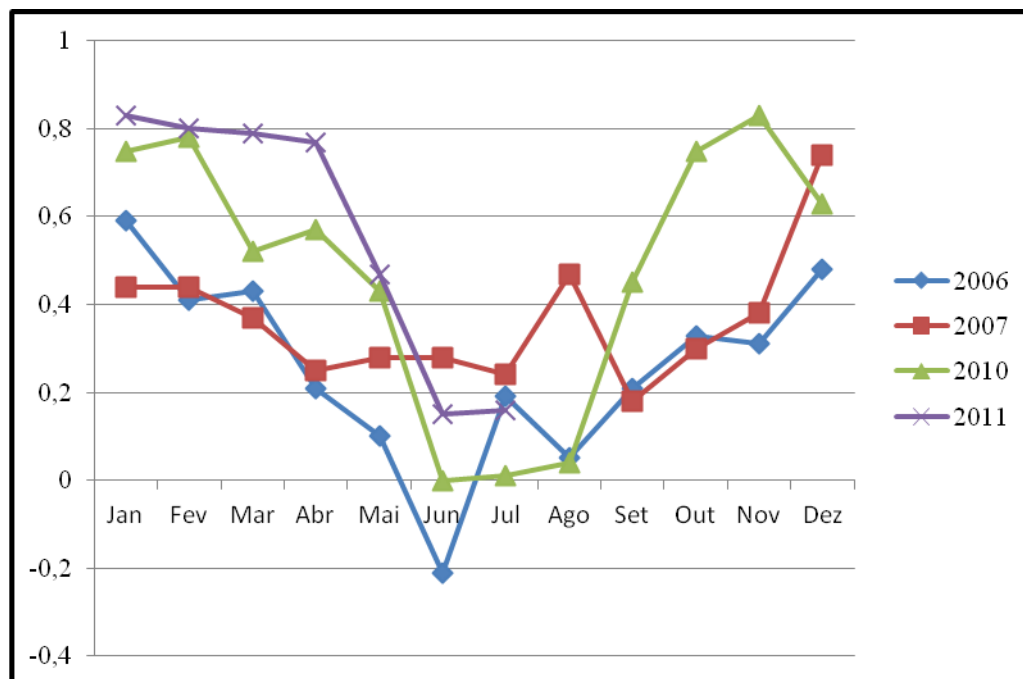
foram levados em maior consideração no período foram os Índices de Preços por Atacado (IPA).

Gráfico 4.1 - Variação mensal em % do IPCA.



Fonte: Banco Central do Brasil, Atas do COPOM.

Gráfico 4.2 - Variação mensal em % do IPCA.



Fonte: Banco Central do Brasil, Atas do COPOM.

A partir dos gráficos 4.1 e 4.2, pode-se visualizar como existiu uma grande alteração próximo ao período eleitoral (mês de outubro). No mês anterior, o valor percentual registrado era negativo (-0,66%), enquanto que no mês eleitoral esse valor se eleva para 0,22%. No período de 2000, que não foram anos eleitorais percebe-se que a taxa percentual se mantém estável para o mesmo período. Em 2001, que antecede a eleição em que Lula alcança a primeira vitória, a variação para igual período já é bem nítida, mas o ápice do período foi em julho quando de fato ocorreu a crise do apagão sob o comando do então Presidente FHC. Nesse mesmo período, a avaliação do governo do então presidente somente decaía, e com as críticas da imprensa a tendência era do que fora visto nas urnas no ano seguinte, vitória da oposição.

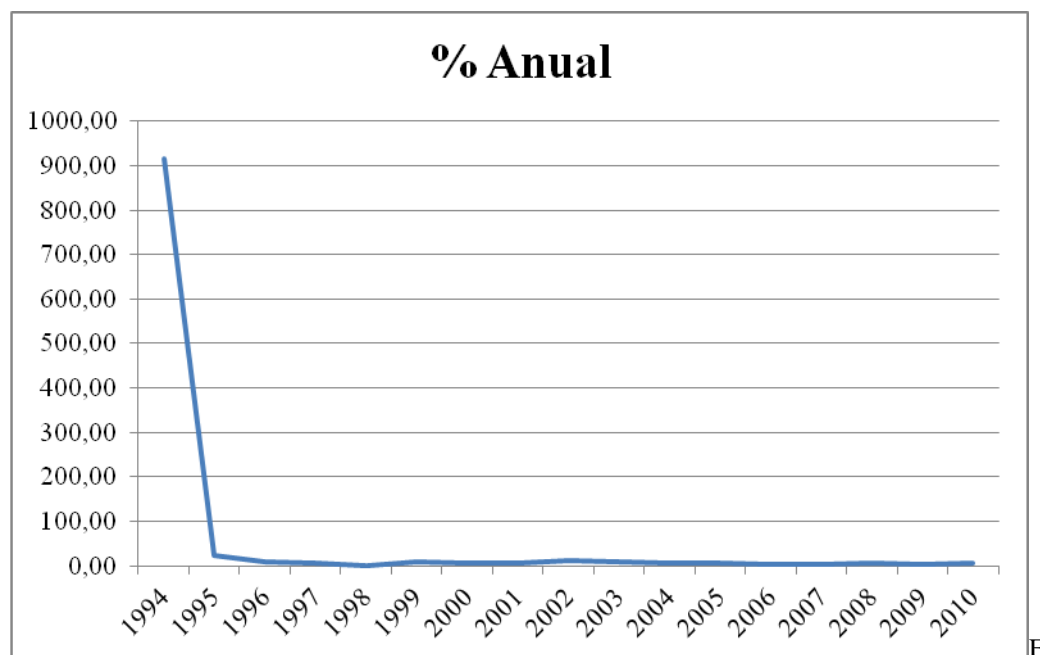
Em 2002, ano que apresentou o maior percentual dos anos analisados no gráfico 4.1, os valores começaram a se elevar justamente um mês antes das eleições. Sim, já que como já visto anteriormente, esta foi a eleição mais comentada dos anos pesquisados onde a oposição estava com a campanha forte, apesar de todas as incertezas econômicas do mercado internacional, a oposição soube aproveitar as críticas advindas da imprensa nacional, e algumas vezes internacional para conseguir seu objetivo final, a vitória. Mas o interessante é que o percentual mais alto é apresentado no mês seguinte às eleições, quando apresenta o valor de 3,02%. Do ano eleitoral para o próximo, ocorre a queda dos valores registrados pelo índice demonstrados no gráfico. Mas o ano ainda não é o melhor do governo inédito de esquerda. As duras críticas em relação às altas taxas de juros são os temas centrais de economistas tanto brasileiros como estrangeiros, enquanto que o governo tenta se defender utilizando argumentos como “no último trimestre do ano (2003) o crescimento anualizado do PIB chegou a 6,14%, um dos maiores do mundo no período” (presidente do Banco Central, Jornal da Comunidade, Brasília, 19.03.04) – retirado do jornal dos economistas, março de 2004, p.4.

No período de 2006 tem-se a estabilidade nos valores percentuais durante o ano, mesmo este sendo ano eleitoral. O maior valor percentual desse ano foi registrado em janeiro, quando observou-se o valor de 0,59%.

Ainda utilizando as variações do IPCA, tem-se no site do IPEADATA as variações anuais, conforme visto no gráfico 5 a seguir e tem-se para 1994 a maior variação registrada entre os anos abordados no estudo, quando a variação alcança o valor de 916,46%. Em 1995, esse valor cai abruptamente registrando 22,41%; o que se segue daí por diante é queda até o ano de 1998, registrando, respectivamente, para 1996,

1997 e 1998 os percentuais de 9,56%; 5,22%; 1,66%. A partir de 2000, as variações oscilam mais. Em 2000, o registro foi de 5,97%, em 2001, 7,67%, em 2002 ela registra o maior percentual da década, o valor de 12,53%. Em 2003, cai para 9,30% e a partir de então só declina apresentando em 2004, 7,60%, 2005, 5,69%, 2006, foi 3,64%, 2007, 4,46%, 2008, 5,90%, 2009, 4,31% e 2010, 5,91.

Gráfico 5 – Variação do IPCA anuais – de 1994 a 2010.



Fonte: IPEADATA

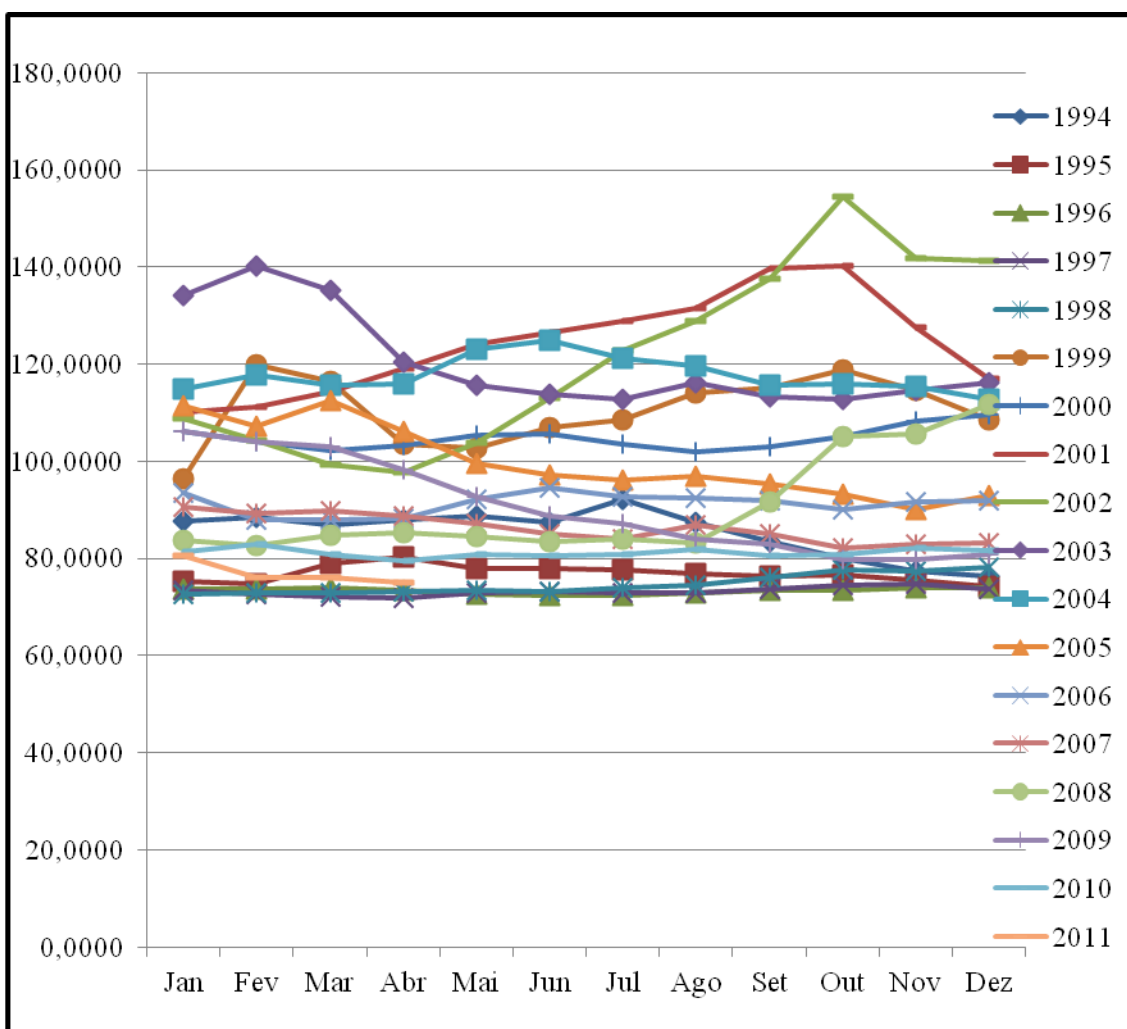
Analisando a Taxa de câmbio – efetiva real – dada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), disponível no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), durante todos os anos entre as eleições de 1994 até o começo de 2011, pode-se notar que, para o período após a primeira eleição de FHC, teve-se a maior taxa de câmbio registrada pelo instituto, o ano de 1996, no mês de outubro, quando apresentou uma taxa de 73,42 (gráfico 6). Vale lembrar que nesse período, a política econômica baseava-se na consolidação do ambiente de estabilidade de preços, e que o regime cambial era semifixo (Oliveira e Turolla 2003, p.2).

Já para o governo Lula, o ano que apresenta a maior taxa é o ano de 2003 no mês de fevereiro, quando se observa uma taxa igual a 140,36 (gráfico 6). O desempenho econômico do país foi considerado péssimo em termos de crescimento e emprego, e não apresenta ajuste macroeconômico, ajuste que foi buscado prioritariamente pelo governo como condição para a retomada do desenvolvimento, (Dathein, 2004). Isto nos leva ao

entendimento de como foi movimentado economicamente o início do governo, frente às incertezas governamentais que afetavam o mercado e, conseqüentemente, a população.

Mas analisando o gráfico 6, percebe-se, também, que a maior taxa é verificada no ano de 2002, no mês eleitoral, outubro, quando registra uma taxa igual a 154,53. Com isso, entende-se que, de fato, com a primeira vitória de Lula como chefe da nação, o mercado externo tinha grandes receios em relação à esquerda no poder. A partir de novembro, a taxa demonstra leve queda, terminando o ano de 2002 na casa dos 140 (141,79 em novembro e 141,36 em dezembro – gráfico 6).

Gráfico 6 - Taxa de câmbio – efetiva real-(INPC)-1994 a 2011.



Fonte: IPEADATA.

O primeiro ano do governo de Lula é marcado pela continuidade de queda, mesmo sendo no ano de 2003, o registro da maior taxa durante seu governo (como dito anteriormente).

Até agosto de 2008, o que percebe-se é que a taxa só declina, ela volta a subir somente em setembro, quando registra 91,58 (gráfico 6) e, a partir daí, ela tem ligeira subida até dezembro, quando registra 111,81 (gráfico 6). A valorização do real tornou-se mais intensa ao longo de 2007, embora tenha-se iniciado em meados de 2005. Em 2009, ocorre o mesmo que em 2008, mas sua alta só é registrada em dezembro quando apresenta o valor de 80,82 (gráfico 6). Já 2010, é o ano que até aqui apresenta maior oscilação de valores, o que vale destacar é que mesmo sendo ano eleitoral, isso não influenciou tanto a taxa de câmbio como havia ocorrido em 2002, já que o que era esperado era a vitória da então candidata Dilma Rousseff, que era do mesmo partido de Lula (PT). Uma das principais bandeiras de sua campanha era a continuidade do plano econômico para o país, o que não alarmou o mercado nacional e nem internacional.

Nos primeiros meses de governo de Dilma, as taxas mostraram de fato essa continuidade do governo Lula, leve queda. Foram disponibilizados somente dados dos quatro primeiros meses de 2011, e registraram-se os seguintes valores: Janeiro: 80,54; Fevereiro: 76; Março: 76,15 e Abril: 74,94 (gráfico 6).

Na tabela 1, a seguir, tem-se o comparativo entre as taxas de câmbio comercial de compra e comercial de venda. Os valores foram coletados do site IPEADATA, onde os dados são disponibilizados mensalmente. Para fazer o comparativo anual das taxas, utilizou-se a fórmula da média utilizando planilha do Excel, e com as médias montou-se o comparativo que se segue. Nele pode-se perceber que as taxas de compra e venda sempre se mantiveram bem próximas, variando muitas vezes apenas 0,01 para mais ou para menos.

A maior média aconteceu em 2003, tanto na compra como na venda, no primeiro ano de governo Lula. As outras maiores médias aconteceram principalmente às vésperas das eleições em que Lula vencia o pleito (2001 e 2005), e no ano eleitoral (2002 e 2006). Com isso supõe-se que o mercado financeiro interno e externo teve expectativas voláteis quanto à governabilidade econômica de Lula, já que as taxas se mantiveram sempre mais elevadas nos períodos em que Lula estava em campanha com forte pretensão de vitória.

Tabela 1 - Taxa de Câmbio Comercial (média) – 1993 a 2011.

Ano	Compra	Venda
1993	0,032	0,032
1994	0,627	0,639
1995	0,915	0,917
1997	1,077	1,078
1998	1,159	1,160
1999	1,813	1,814
2001	2,349	2,350
2002	2,920	2,921
2003	3,077	3,078
2005	2,434	2,435
2006	2,175	2,176
2007	1,947	1,948
2009	1,996	1,997
2010	1,759	1,760
2011	1,617	1,618

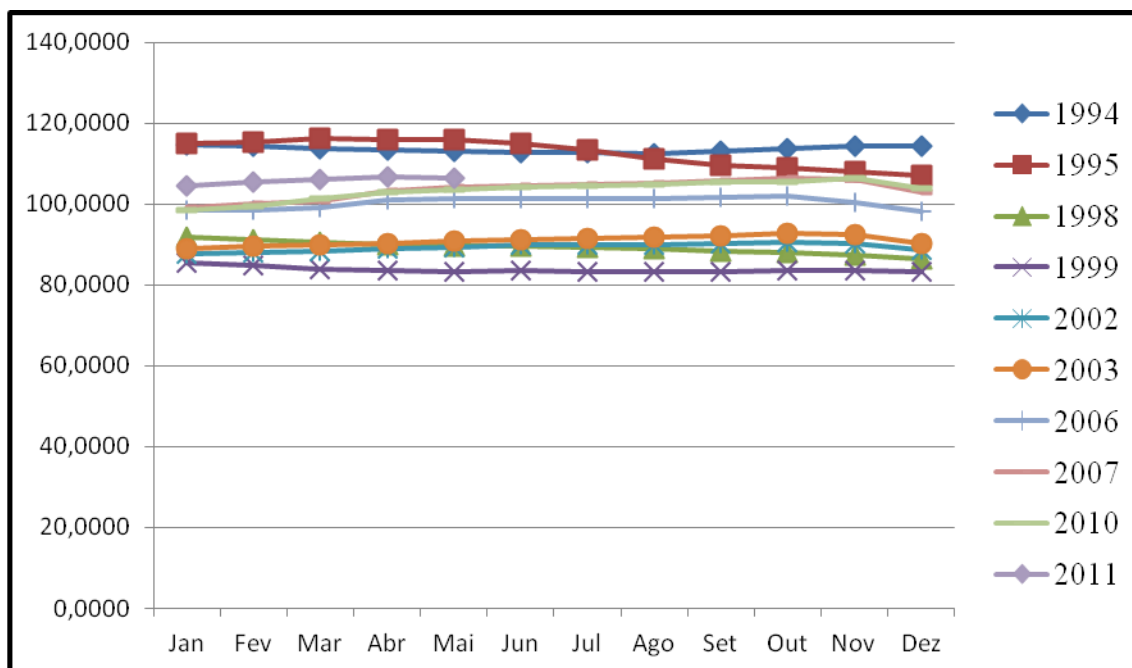
Fonte: IPEADATA.

Outro levantamento importante a ser analisado é o fator nível de emprego na indústria, que provém do Estado de São Paulo. Mesmo sendo de apenas um estado, este será utilizado porque SP é o estado mais populoso, e de maior importância econômica do país. Os dados também foram coletados junto ao site do IPEADATA.

Os maiores níveis são observados, durante o governo FHC nos anos de 1994 e 1995, respectivamente. O mais alto foi em março de 1995, quando registrou 116,2625, e o menor foi registrado em dezembro de 1995, marcando 106,9913. Já durante o governo Lula o maior índice foi em 2007 de 106,2454, e depois em 2010 que foi 106,4122. Destes dados surge a percepção do porquê o PT nas últimas eleições terem tido dificuldades de ganhar em SP do PSDB, embora tendo em vista os dados de 2010 e 2011 o total de votos obtidos pelos dois partidos nas últimas eleições, percebe-se que de 2002 para cá esta dificuldade tem diminuído.

Com exceção de 1999, observa-se que a maioria dos empregos aumenta no período anterior a outubro, o que é um fator de decisão eleitoral e do por que ser outubro época das eleições.

Gráfico 7 - Índice Emprego nas Indústrias de SP – ano eleitoral e pós-eleitoral.



Fonte: IPEADATA.

A seguir a análise feita é sobre a taxa de juros Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). Ela é divulgada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) e tem vital importância na economia, pois as taxas de juros cobradas pelo mercado são balizadas pela mesma.

Mais uma vez os dados utilizados foram feitos utilizando-se Excel, e com os valores mensais disponíveis calculou-se a média dos 12 (doze) meses para encontrar o valor para o ano. Todos os valores utilizados estão disponíveis no site do IPEADATA, mas nesse utilizou-se somente os dados dos anos eleitorais e pós-eleitorais.

Tabela 2 - Taxa de Juros Selic – 1994 a 2011.

ANO	MÉDIA
1994	25,2159
1995	3,6137
1998	2,1318
1999	1,9182
2002	1,4725
2003	1,7641
2006	1,1772
2007	0,9396
2008	0,9850
2009	0,7923
2010	0,7808
2011	0,9313

Fonte: IPEA – Séries mais usadas – taxa de juros (over) Selic

A principal alteração observada é que a média em 1994 fica muito acima dos outros anos, incluindo o seguinte (1995). Isso se dá devido as elevadas taxas durante o primeiro semestre de 1994, que ficaram sempre acima dos 41% (para chegar mais próximo da exatidão no que foi dito entre os meses de janeiro de 1994 a junho do mesmo ano, ficou entre 41,9918 e 50,6197).

O que se deve levar em consideração sobre a alta registrada em 1994, é que foi nesse ano que efetivamente foi implantado o Plano Real.

O que nota-se nas médias da tabela 2, é que elas sempre estão em decadência, menos no ano de 2003 quando registra o valor de 1,7641. Isto leva ao entendimento de que existe independência do Banco Central em relação ao ciclo político. No ano de 2011, mesmo não tendo os dados do ano todo, percebe-se ligeira alta também, com o registro de 0,9313%.

Com relação aos gastos do governo federal pode-se perceber através da tabela 3, baseada em dados do site do Tesouro Nacional, que, desde 1998 até 2010, as Despesas do Governo sempre foram maiores que as Receitas. A maior diferença pode ser notada no ano de 2003/2010, ano eleitoral e que foi o último ano de governo de Lula (segundo mandato). Isto parece se relacionar ao grande esforço do governo Lula em fazer sua sucessora.

Pode-se entender como um dos motivos dessas Despesas serem maiores que as Receitas, as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que em grande parte foram obras grandes e de valores altos. Essas obras também foram muito citadas

durante a campanha da candidata que era apoiada pelo Presidente Lula, Dilma Rousseff (que venceu a eleição no segundo turno).

A variação entre 2002 e 2003 aumenta, pois no governo FHC houve enxugamento, privatização, etc. Assim sobrou mais para gastar. Já as maiores variações da tabela, são visualizadas para os períodos entre os períodos de 2005 e 2006 e depois entre 2009 e 2010. No primeiro é quando Lula se reelege, e no segundo é quando sua sucessora, Dilma Rousseff vence o pleito.

Tabela 3 - Gastos do Governo Federal - Resultados Fiscais Consolidados – 1998 a 2010.

Ano	Despesas	Variação %	Receitas	Diferença entre Despesas e Receitas
1998	219.460	$\Delta 1998$ e 1999 = 7,8	183.516	35.944
1999	236.140		209.246	26.894
2000	256.223	$\Delta 1999$ e 2000 = 8,5	234.590	21.633
2001	297.119	$\Delta 2000$ e 2001 = 16	270.041	27.078
2002	336.873	$\Delta 2001$ e 2002 = 13	319.629	17.244
2003	429.413	$\Delta 2002$ e 2003 = 27,7	355.663	73.750
2004	454.396	$\Delta 2003$ e 2004 = 5,8	418.379	36.017
2005	564.155	$\Delta 2004$ e 2005 = 24,2	486.981	77.174
2006	610.300	$\Delta 2005$ e 2006 = 8,2	541.936	68.364
2007	667.341	$\Delta 2006$ e 2007 = 9,3	617.554	49.787
2008	737.105	$\Delta 2007$ e 2008 = 10,5	714.699	22.406
2009	849.705	$\Delta 2008$ e 2009 = 15,19	737.062	112.643
2010	980.012	$\Delta 2009$ e 2010 = 15,43	917.266	62.746

Fonte: Site do Tesouro Nacional

As informações que seguem dizem respeito ao Produto Interno Bruto (PIB), que cresceu gradativamente com o passar dos anos. O mesmo não pode ser visto na Variação Real Anual, que em determinados anos chegou próximo a 0 (zero), ou teve variação negativa. Sobre esta variável, é importante destacar a dinâmica da economia brasileira interna frente às oscilações externas. Foi o que aconteceu na crise de 2008/2009, quando mesmo depois da fase mais aguda da crise, o governo usou pouco mais de 5 bilhões das reservas externas (antes da crise a reserva era de 200 bilhões segundo a revista veja). Enquanto a Rússia, por exemplo, usou no mesmo período 96 bilhões de suas reservas.

Nos anos de 1997 a 2001, o período internacional é ruim. Mas mesmo com todos esses acontecimentos o PIB nacional continua a crescer, com exceção do ano de 2001 quando tem uma ligeira queda, vale lembrar que foi o ano dos atentados ao World Trade

Center (WTC), e ao pentágono, o então internacionalmente conhecido ataque às torres gêmeas. O ataque terrorista não afetou somente os EUA (Estados Unidos da América), pois com os ataques, os norte americanos entraram em conflito com o mundo, e fecharam as portas do país para todo e qualquer estrangeiro, dificultando o comércio, tanto turístico, quanto os que eram advindos de acordos internacionais.

A partir de 2002, quando Lula vence a primeira eleição, o período no âmbito internacional melhora e em decorrência desta melhora, o PIB continua seu caminho de crescimento como havia demonstrado no período anterior, (com exceção de 2001).

Já a partir de 2007 o Brasil já não é mais tão fortemente influenciado pela economia externa, exemplo disso como já dito anteriormente é o que aconteceu na crise mundial que começou em 2008, no colapso de Wall Street. É a partir daí que começa a fazer parcerias comerciais com países que não os EUA, como a China.

Tabela 4 - Valores do PIB – 1994 a 2010.

Ano	PIB – Milhões R\$	PIB – Variação Real Anual (%)
1994	349.204,6790	5,33
1995	705.640,8921	4,42
1996	843.965,6313	2,15
1997	939.146,6169	3,38
1998	979.275,7489	0,04
1999	1.064.999,7118	0,25
2000	1.179.482,0000	4,31
2001	1.302.136,0000	1,31
2002	1.477.822,0000	2,66
2003	1.699.948,0000	1,15
2004	1.941.498,0000	5,71
2005	2.147.239,0000	3,16
2006	2.369.484,0000	3,96
2007	2.661.344,0000	6,09
2008	3.031.864,0000	5,16
2009	3.185.125,3690	-0,64
2010	3.674.964,3820	7,49

Fonte: Tesouro Nacional – IBGE.

Pode-se notar através da variação do PIB (segunda coluna da tabela 4), que a média do período do governo no segundo mandato FHC (1998 a 2002) é baixa, e em decorrência disso vem a derrota nas urnas para Lula em 2002. Já para o governo de Lula (2003 a 2010), em ambos os mandatos suas médias são boas. O que deve ter auxiliado sua reeleição e a vitória de sua sucessora em 2010.

Oliveira e Turolla (2003 p.202) nos trazem também que:

“De um superávit de US\$4,8 bilhões em 1994, o país passou a um déficit de US\$10,9 bilhões em 1995, o qual se aprofundou daí em diante. De fevereiro de 1997 a janeiro de 1998 esse déficit atingiu o seu pico histórico de US\$19,7 bilhões”.

A seguir, tem-se a correlação das variáveis analisadas neste mesmo capítulo, o objetivo consiste em verificar se existe alguma associação nas correlações entre as variáveis econômicas entre si.

A correlação entre pares de variáveis mostra diversas relações, revelando um grau de associação fraco, médio e forte. Ademais disso, essas variáveis apresentam também correlação positiva, indicando que as variáveis evoluem numa mesma direção. Uma das maiores correlações apresentada foi entre as variáveis de taxa de câmbio efetiva real (INPC) e as taxas de câmbio comercial de compra e venda, quando registraram um valor igual a 0,825, o que é natural visto que o câmbio nominal está no cálculo do câmbio real.

Já a maior correlação ficou por conta das variáveis Nível de emprego e PIB (R\$ milhões), onde apresentaram o maior valor positivo, registrando 0,980, o que nos leva a interpretar que o grau de associação entre elas é o mais próximo dentre as variáveis analisadas utilizando-se de correlação. Isto, também, suscita a importância desta variável no auxílio eleitoral como pode ser visto nos anos de 2010 e 2006.

A relação IPCA com taxa de juros tem-se estabilidade, onde garantiu a menor influência nas inflações de 2002, 2006 e 2010 e maior em 1994 e 1998.

De maneira geral, observa-se que todos os coeficientes de correlação são importantes e com exceção de que apresentaram pouca significância.

Tabela 5 - Correlação entre as variáveis analisadas em todo o capítulo 5 durante o período de 1994 a 2010.

	<i>Taxa de juros - Over / Selic - (% a.m.)</i>	<i>Nível de emprego - indústria</i>	<i>Taxa de câmbio - efetiva real - INPC</i>	<i>Taxa de câmbio - R\$ / US\$ - comercial - compra</i>	<i>Taxa de câmbio - R\$ / US\$ - comercial - venda</i>	<i>PIB (R\$ milhões)</i>	<i>PIB (var. real anual %)</i>	<i>IPCA</i>
Taxa de juros - Over / Selic - (% a.m.)	1,000							
Nível de emprego - indústria	0,648	1,000						
Taxa de câmbio - efetiva real - INPC	0,274	0,517	1,000					
Taxa de câmbio - R\$ / US\$ - comercial - compra	0,064	0,129	0,825	1,000				
Taxa de câmbio - R\$ / US\$ - comercial - venda	0,064	0,129	0,825	1,000	1,000			
PIB (R\$ milhões)	0,322	0,980	0,778	0,756	0,756	1,000		
PIB (var. real anual %)	0,152	0,497	0,560	0,568	0,568	0,515	1,000	
IPCA	0,695	0,159	0,179	0,119	0,119	0,286	0,053	1,000

Fonte: Elaborado pela autora.

Anteriormente as análises, era esperada a hipótese de que nos os gastos do governo e em relação a taxa Selic, pudessem haver grandes influências da propaganda eleitoral e o período eleitoral em si. O que foi visto que existe quanto aos gastos do governo. Já em relação ao PIB pode-se notar total independência com relação ao período eleitoral, o que era esperado.

6. Conclusões

Este trabalho procurou realizar uma análise contextual histórica e de dados dos períodos eleitorais entre 1994 e 2010 utilizando a revisão bibliográfica, a análise descritiva e correlação de dados de variáveis macroeconômicas com a finalidade de observar a existência ou não de ciclo político no Brasil e o movimento de variáveis macroeconômicas. Para isto, foram analisados artigos acadêmicos relacionados, e coletados dados econômicos para o tema proposto.

A análise teórica feita nos mostrou que quando a competência do atual governo é de conhecimento comum, os eleitores podem decidir racionalmente não reeleger o

mesmo governo, caso sua política econômica não tenha planos de continuar estável e/ou ótima, ou se o seu apoio partidário estiver corrompido.

Foram observados também casos em que esse apoio partidário não é bem visto pelo mercado econômico externo, e que também pode alterar a decisão do eleitor com maior nível de escolaridade. De modo similar, os eleitores podem considerar melhor escolher o candidato apoiado pelo atual governo (o que ocorreu em 1994 e em 2010), para manter o mesmo padrão de governabilidade, não tendo grandes alterações principalmente econômicas.

Na sequência, envolvendo a caracterização, analisou-se o comportamento do governo dos Presidentes antes, durante e após as eleições, principalmente na área econômica e o que de importante aconteceu durante o exercício presidencial. Uma vez presente e notada a influência governamental nos setores da economia nacional, e como essa influência atinge a população, isto pode alterar a decisão de voto no momento do pleito.

Essa situação aconteceu na eleição de 1994, vencida por FHC, um dos políticos responsáveis pela implementação do plano real. E, também, em 2010, quando Dilma Rousseff vence principalmente por ser a candidata apoiada pelo atual governo da época. O principal argumento da sua campanha foi a continuidade de programas como o PAC, e os ligados à assistência social como bolsa família.

De fato, se as transferências econômicas politicamente motivadas forem suficientemente elevadas, os eleitores tendem a eleger um candidato do mesmo partido do atual governo, e em equilíbrio segundo Ferreira e Bugarin (2007, p.295), não há ciclo político-orçamentário algum. De modo oposto, se as transferências partidárias não forem muito significativas, os eleitores irão escolher o candidato de maior competência, ocorrendo o ciclo político-orçamentário em equilíbrio.

Na parte empírica, utilizou-se os dados em séries temporais para visualizar o quanto as variáveis se alteram durante o período eleitoral. As variáveis usadas foram índices SELIC, taxas de câmbio, valores do PIB brasileiro, IPCA e o nível de empregos na indústria do estado de São Paulo. De maneira geral, observou-se que o Banco Central do Brasil, apesar de sofrer certa influência do período eleitoral, ainda possui independência política em decisões das taxas que movem o país, como a SELIC.

Uma limitação deste estudo está relacionada a pouca quantidade de artigos ainda que tratem do assunto e também o tamanho da amostra. Estudos futuros sobre como o

eleitorado se comporta durante o restante dos governos, utilizando-se correlação entre as variáveis já analisadas em nosso estudo com os períodos eleitorais. Como são digeridas pelo eleitor notícias de impunidade, e quais as ações reais, são de grande valia para o crescimento não só dos novos acadêmicos, mas da população brasileira como um todo, para o fortalecimento da nossa democracia que ainda é jovem. O cruzamento de informações como pesquisas eleitorais nos meses e os dados eleitorais também são importantíssimos para o enriquecimento bibliográfico do tema proposto neste estudo.

7 Bibliografias

AGRIA, M.M. **Ciclos Políticos na Economia Portuguesa**. 1994. 104f. Dissertação (Mestrados em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa).

ARAUJO, E. C. e LEITE, M.V.C. **Sobreapreciação Cambial no Brasil: Estimativa, Causas e Conseqüências (1994-2008)**. 2009. 28f. Artigo Científico Publicado Pelo Instituto Pesquisa Econômica Aplicada em Julho de 2010.

AVENBURG, A. e GIAMBIAGI, F. **A Crise Brasileira de 1998/1999 – Origens e Conseqüências**. 40 f. ARTIGO CIENTÍFICO. Rio de Janeiro MAIO/2000.

Banco Central do Brasil – Atas do COPOM. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?ATACOPOM> Acesso em 23/09/2011

BITTENCOURT, J. L. E HILLBRECHT, R.O. **Ciclo Político na Economia Brasileira: Uma Tese Para a Execução Orçamentária dos Governos Estaduais – 19883/2000**. 2002. 20f. Dissertação (Mestrado Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia).

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A economia brasileira as vésperas das eleições de 2002**. 16 f. ARTIGO. Cadernos Adenauer 3, 2002: 79-102. Conferência pronunciada no Simpósio sobre as Perspectivas das Eleições Brasileiras, patrocinado pela Fundação Adenauer. Berlim, maio de 2002. Revisada em agosto 2002.

FENOLIO, F.R. **Ciclos Eleitorais e Política Monetária: Evidências Para o Brasil**. 2008. 24f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. 4ª ed. Revista e ampliada. Thomson. 2006.

CAMPOS, S. K.; SILVA, A. F.; COSTA, J. S.; ZILI, J. B. **Análise da cointegração e causalidade dos preços de boi gordo em diferentes praças nas regiões sudeste e centro-oeste do Brasil**. 2008. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/9/848.pdf> Acesso em 12/12/2009.

Indicadores IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Nacionais Trimestrais** Indicadores de Volumes e Valores Correntes. Janeiro/Março 2011. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pib-vol-val_201101caderno.pdf Acesso em 20/06/2011.

Jornal dos Economistas nº 176 – Março de 2004. Visão crítica - **Dercio Garcia Munhoz**.

NAKAGUMA, M.Y. **Ciclos Políticos e Resultados Eleitorais: Um Estudo Sobre o Comportamento do Eleitor Brasileiro**. 2006. 89f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

NEUTZLING JR., J. **Política Cambial Brasileira e Seus Efeitos na Balança Comercial no Período de 1994/2004**. 2006. 58f. Artigo Científico Publicado Pelo Conselho Federal de Economia em 16 de Novembro de 2009.

O Brasil e a Crise mundial, disponível em: http://veja.abril.com.br/040309/p_082.shtml
Acesso em 25/10/2011.

O Globo. Eleições 2010. Disponível em <http://oglobo.com/pais/eleicoes2010/governopt/> Acesso em 03/03/2011.

PAULA, L.F. **Plano Real o que Restou?** 15 de julho de 2007. Jornal do Brasil.

SALVATO, M.A.; ANTUNES, P.C.; ARAUJO JR., A.F.; SHIKIDA C.D. **Ciclos Políticos: Um Estudo Sobre a Relação Entre Flutuações Econômicas e Calendário Eleitoral no Brasil, 1985-2006**. 2007. 20f. Ibmec MG Working Paper – WP42.

SAKURAI, S.N. **Ciclos Políticos nas Funções Orçamentárias dos Municípios Brasileiros: Uma Análise para o Período 1990-2005 Via Dados em Painel**. 2007.20f. (Artigo publicado Est. econ., São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-58, JANEIRO-MARÇO 2009). Faculdade de Economia e Administração – FEA/USP Ribeirão Preto/SP.

Taxa Selic Portal Brasil, disponível em: http://www.portalbrasil.net/indices_selic.htm
Acesso em 25/09/2011.

Tribunal Superior Eleitoral. **Cronologia das Eleições no Brasil (1945 - 2010)**
Disponível em <http://tse.gov.br/internet/eleicoes/cronologia.htm> Acesso em 02/03/2011.

VINAGRE, Apio. **Comparação Lula x FHC 5 – Indicadores econômicos e de atividade**. Disponível em <http://oipa2.wordpress.com/2010/10/16/comparacao-lula-x-fhc-5-%E2%80%93-indicadores-economicos-e-de-atividade/> Acesso em 29/11/2010.